

A ABORDAGEM DE GÊNERO NA RELAÇÃO: ESCOLA, FAMÍLIA E ALUNOS

Sayarah Carol Mesquita dos SANTOS¹

Priscila Gomes dos SANTOS²

Michaelly Calixto dos SANTOS³

Walter Matias LIMA⁴

RESUMO

O presente artigo trata de um estudo teórico acerca da discussão de gênero na relação escola-família-alunos, pois esta temática ainda se encontra em defasagem nestes segmentos, tendo em vista que um dos entraves de muitos professores e estudantes em formação é o de como abordar as questões de gênero na educação escolar, considerando o contexto familiar. O nosso objetivo é discutir e problematizar estas questões que perpassam nas relações de gênero produzidas na escola, na família e nos próprios estudantes, de forma relacional. Trata-se de um estudo teórico, que busca as contribuições de autores, como Louro (1997, 2000), Barreto, Araújo e Pereira (2009), Scott (1995) e Florencio (et al. 2009), acerca da discussão de gênero na escola e na sociedade. Portanto, estruturamos o trabalho em um primeiro momento sobre algumas reflexões sobre gênero, em segundo, o processo relacional entre escola, família e alunos e, por último, a discussão de gênero na escola e suas nuances de possibilidades e desafios a serem alcançados e colocados à tona. A escola deve ser justa para com todos os componentes de suas relações, para isto, a educação deve primar para o respeito mútuo entre os diferentes sujeitos que a compõe, os diferentes modos de viver, num sentido amplo, e nas relações de gênero.

Palavras chave: Gênero; Escola; Família; Alunos

ABSTRACT

This paper discusses some issues theoretical questions relating to gender in the relationship with school-family-students, so this theme is still in discrepancy in these segments, with a view that of you hamper one of many teachers and students in formation it is it of as it will board the questions of type in the school education, considering the family context. Our objective here is to discuss and problematize these issues that carry-over in gender relations

¹Graduanda em Pedagogia. Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas (UFAL). **E-mail:** sayarahcarol@hotmail.com.

²Graduanda em Pedagogia. Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas (UFAL). **E-mail:** priscilagomes142@gmail.com.

³Graduanda em Pedagogia. Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas (UFAL). **E-mail:** michaellycalixto@outlook.com.

⁴Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutor pela Université Rennes II: Centre de recherche sur l'éducation, les apprentissages et la didactique (CREAD). Professor Associado 1 da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) no Centro de Educação. Professor de Pós-graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da UFAL. **Email:** waltermatias@gmail.com.

produced at school, at family and the students themselves. That is a study theoretical, on the basis of the contributions of the authors: Louro (1997, 2000), Barreto, Araújo e Pereira (2009), Scott (1995) e Florencio (et al., 2009), about the discussion of gender in school and society. We therefore organize this paper, in the first moment, discussing some thoughts on gender, subsequently, the relational process between school, family and students, and, finally, the discussion about questions relating to gender at school and challenges to be achieved and indicated. The school must be fair to all involved, to do so, the education should strive for mutual respect between the different subjects that compose it, the different ways of living, in a broad sense, in gender relations.

Keywords: Gender relations; School; Family; Students

INTRODUÇÃO

Um dos questionamentos de muitos professores formados e daqueles que estão em formação acerca das questões de gênero na educação escolar, parte das relações e impasses que se produzem entre a família e a escola. Além disso, são questionamentos em torno de como atingir os principais sujeitos, os alunos, a fim de que eles compreendam as diferenças de gênero na sociedade, os processos de desigualdade e discriminação e a valorização e respeito pela diversidade de sujeitos históricos, tendo por finalidade a conscientização e reflexão que a escola deve proporcionar aos estudantes.

Considerando a escola como um espaço de produção de conhecimento e formação para a cidadania e para as relações sociais, de acordo com a LDB (Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, Título II, art. 2º), perguntamo-nos: como a escola vem tratando as relações sociais quando se trata de gênero e da diversidade sexual? É comum acreditar que não é papel da escola abordar as questões de gênero, pois esta seria função da família. Entretanto “é indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz”. (LOURO, 1997, p. 80-81).

Nesse sentido, a escola não deve se eximir da sua função de questionar, refletir e fazer com que os alunos compreendam os processos que ocorrem nas entrelinhas das desigualdades entre homens e mulheres; da homofobia, da transfobia, do sexismo, do machismo, das questões de classe e etnia, entre outros aspectos da discriminação social, que se perpassam na diversidade existente. Não é incumbência da escola influenciar ou determinar a identidade de

gênero e nem a sexualidade dos alunos, pois esta é um construto social e cultural, e não determinação biológica, cabendo a cada sujeito a liberdade e maturidade para decidir sobre sua sexualidade e identidade. Contudo, cabe à escola produzir conhecimentos que possibilitem os alunos, bem como toda a comunidade escolar, para a discussão ético-política e científica sobre os determinantes sociais, históricos e econômicos que possibilitam contextos de desrespeito as diferenças que constituem a comunidade escolar.

Diante disso, o nosso objetivo é discutir e problematizar estas questões que se perpassam nas relações de gênero produzidas na escola, na família e nos próprios estudantes, de forma relacional. Trata-se de um estudo teórico, que busca as contribuições de autores, como Louro (1997, 2000), Barreto, Araújo e Pereira (2009), Scott (1995) e Florencio (et al. 2009), acerca da discussão de gênero na escola e na sociedade. Portanto, estruturamos o trabalho em um primeiro momento: as reflexões sobre gênero, em segundo, o processo relacional entre escola, família e alunos, e por último, a discussão de gênero na escola e suas nuances de possibilidades e desafios a serem alcançados e colocados à tona.

GÊNERO E PODER: ALGUMAS REFLEXÕES

É necessário compreender as relações sociais entre homens e mulheres por meio de uma análise histórico-cultural e perceber que a hierarquia existente entre gêneros ocorreu e ainda ocorre em favor do masculino. Enquanto o feminino é visto num campo de inferioridade quando se reproduz o discurso e a mentalidade de que as mulheres são sensíveis e frágeis e os homens não.

Tal discurso enunciado faz parte de uma reprodução das classes sociais dominantes que possuem a necessidade de inferiorizar as minorias sejam mulheres, sejam gays, sejam lésbicas, sejam transexuais, para assim manter o *status quo* da sociedade. Isto é, uma sociedade em que mulheres e homens têm benesses e papéis diferentes. Dentre eles, remuneração salarial diferente para ambos os sexos, em que o homem com a mesma qualificação que a mulher ganha mais, e algumas profissões que são “determinadas” para um respectivo sexo.

Além disso, o discurso acerca da mulher como ser inferior é um inseminador de preconceitos, de discriminação da qual esse discurso é reprodutor de uma perspectiva ideológica derivada de suas relações sociais.

Nesse sentido, Florencio, Magalhães, Sobrinho, Cavalcante (2009, p. 25) afirmam que:

Não há, pois, discurso neutro ou inocente, uma vez que ao produzi-lo, o sujeito o faz, a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica e, assim, veicula valores, crenças visões de mundo que representam os lugares sociais que ocupa.

De acordo com as palavras dos autores compreendemos que este discurso sobre a concepção de homem e mulher é explícito, cuja mulher é vista como inferior aos homens, o que é fruto de um processo social, cultural e ideológico. E diante disso nos interrogamos o que seria o conceito de Gênero?

De acordo com o texto *Gênero e diversidade na escola* (2009, p. 39) este conceito designa que “homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos”. Significa dizer, que ser homem ou mulher decorre de um processo cultural e não biológico, na medida em que as determinações biológicas indicam a diferença sexo, mas não a diferença de gênero. A espécie humana é definida por machos e fêmeas, mas ser homem ou mulher é um construto social, isto é, são comportamentos que vão sendo apreendidos ao longo da vida dos sujeitos.

Geralmente tentamos associar e compreender os processos de desigualdades entre homens e mulheres a partir do viés naturalista ou biológico, isto é, que pela natureza, aptidões e capacidades físicas as mulheres tendem a ocupar postos de trabalho mais flexíveis enquanto os homens cargos mais complexos pela sua capacidade e aptidão. O que podemos entender é que nem sempre as explicações, partindo da premissa da discussão que este trabalho se propõe, partem do biológico ou da natureza da mulher e do homem. As explicações surgem também dos fatores culturais e sociais, uma vez que as desigualdades decorrem da assimetria de gênero.

Além das desigualdades, percebemos também a personificação da forma social homem e mulher e seus modos de comportamentos e atitudes na vida em sociedade. Basta olharmos que mulheres têm uma determinada forma de sentar, vestir, namorar, falar, pensar

etc., que as define como mulheres e, se caso elas não se enquadrarem nestas normas ou formas estabelecidas, logo, elas não são vistas como mulheres, pois fogem do paradigma estabelecido a este determinado gênero (como se existisse apenas uma forma de ser mulher ou uma única forma de ser homem), enquanto outros modos de ser são específicos do masculino que a sociedade vai definindo e reproduzindo.

Vale ressaltar ainda que as construções dos gêneros são perpassadas pelas relações de poder, como discutido por Louro (1997). Isto é, ocorre no viés da desigualdade, das relações de dominantes (homens) e dominados (mulheres), por exemplo.

Além disso, a sexualidade também se caracteriza como relações de poder uma vez que apresenta uma relação de dominantes (heterossexuais) e dominados (por exemplo: homossexuais, transexuais, bissexuais).

A partir desta relação de poder coercitiva e negativa é que os dominados irão resistir, contestar e transformar o seu contexto social ao qual estão inseridos. É nas desigualdades proporcionadas pelas diferenças entre os gêneros e sexualidades que haverá possibilidade de *resistência* contra o poder opressor e dominante.

Para resistir a este poder é que os movimentos feministas e outros movimentos atuam, uma vez que, este poder caracteriza-se no silenciamento, submetimento e opressão das mulheres, por exemplo. Tais movimentos lutam e resistem contra as formas de opressão, silenciamento e submetimento da mulher e de todos os grupos vistos como minorias. Eles, os movimentos, exercitam o poder para resistir, contestar, transformar o contexto social vigente para que, assim, possam governar a si mesmo.

Vale ressaltar ainda, que Foucault (2010) utiliza do exercício do poder para afirmar que o sujeito por meio deste poder pode governar a si mesmo. Isto quer dizer que o poder pode tanto encaminhar para o governo dos outros, cujo sujeito é dominado por outros, como para governar a si mesmo, cujo sujeito alcança uma prática de emancipação e autonomia.

Os estudos feministas os quais questionam a concepção de um homem dominante *versus* mulher dominada, tem como um de seus vieses a resistência. Para isto, eles desenvolvem-se para o governo de si a partir da perspectiva de Foucault (Ibid.), isto é, utilizar o exercício de poder para resistir, contestar ao poder caracterizado pelo governo dos outros. A resistência se encontra como uma das melhores formas para apropriar-se do governo de si, de

resistir contra o poder caracterizado como manobras, táticas, e técnicas de dominação e opressão.

De acordo com Louro (Ibid.), os insights de Foucault levam-nos a refletir que o poder não é apenas coercitivo e negativo, mas também é produtivo e positivo. Isto ocorre devido ao caráter libertário que o exercício do poder conduz quando o sujeito é incentivado a resistir, a contestar e desenvolver o seu governo de si, por conseguinte, a emancipação.

Sendo assim, percebemos que a resistência é uma forma tática e técnica para se lutar contra o poder coercitivo e negativo, e também uma forma para desenvolver o poder produtivo e positivo. O gênero e a sexualidade estão imbricados no exercício e nas relações de poder.

Portanto, o conceito de gênero, compreendido por Scott (1995), implica numa construção social que está imbricada com as relações sociais e as relações de poder no interior das diferenças entre os sexos. Para entendemos o que é gênero é indispensável identificar as relações de poder envolvidas no desenvolvimento social, cultural e histórico do que vem se definindo como homem e mulher e suas nuances. Nesse sentido, é imprescindível entender que existem variadas formas de gêneros, variados comportamentos, variadas formas de ser, logo, é importante considerar a pluralidade de gêneros.

ESCOLA, FAMÍLIA E ALUNOS: UM PROCESSO RELACIONAL.

De acordo com Louro (Ibid., p. 57), a escola como produto da modernidade se incumbiu de classificar, ordenar e hierarquizar adultos de crianças, católicos de protestantes, pobres de ricos e meninos de meninas, determinando os lugares do sujeito na relação social. Historicamente, percebemos que as meninas eram educadas para exercerem atividades dedicadas ao lar e à criação dos filhos, além de serem vistas como um ser de reprodução, enquanto os meninos eram educados para serem advogados, médicos, chefes da família etc.; nesse grau de diferenças as mulheres e os homens foram sendo posicionados de forma hierárquica e desigual na rede de divisão social de trabalho, sendo a escola um forte contribuinte para esse processo.

A escola como espaço de formação para a sociedade, não só educa as crianças e jovens para os saberes socialmente valorizados pela humanidade, mas também educa os corpos, comportamentos, afetos, moral, etc. Para Louro (Ibid.) os corpos são educados,

docilizados e controlados por diversas instituições, como a escola, a família e a igreja. A escola também produz esses corpos educados, quando subentende que meninos devem se comportar de determinada forma que represente o tipo estabelecido de masculinidade, e as meninas educadas para serem dóceis, obedientes e gentis.

Além disso, essa disciplinação do corpo em que legitima um estabelecimento de padrão de gênero e sexualidade na escola, determinando assim os comportamentos para cada gênero é denominada por Louro (Ibid.) por pedagogias da sexualidade. Tais pedagogias é realizada muitas vezes de forma sutil, discreta, contínua, mas quase sempre, eficiente e duradoura.

Estas pedagogias interferem diretamente ou indiretamente na construção da identidade e da sexualidade do sujeito, uma vez que por meio dela se legitima certo “padrão” que foi estabelecido pela sociedade a partir de seu contexto histórico, cultural e social.

Com isso, a escola é uma das grandes responsáveis por legitimar a discriminação e a segregação aos que se distanciam do “padrão” estabelecido pela sociedade através de sua pedagogia, na maioria das vezes, uma pedagogia discriminatória e segregacionista que interfere na construção da identidade e sexualidade do sujeito.

O corpo disciplinado também é aquele no qual a escola treina para o silêncio e para a ordem; o silêncio na hora da aula, o silêncio entre os alunos, a ordem para entrar na escola e na sala de aula, a ordem para ir brincar e não correr, ordem na produção e transmissão dos conhecimentos, e tantas outras ordens, que expressam o controle e a vigilância sobre os corpos e identidades dos sujeitos, assujeitando-os.

A questão que se coloca é de como problematizar a questão do preconceito e discriminação de gênero na escola e na família.

É notável que desde a infância as crianças já sabem distinguir o que é feminino e masculino. A cultura, a sociedade, a escola e principalmente a família vão produzindo e marcando essas distinções desde a tenra idade. Aliás, antes mesmo do nascimento, os pais já começam a planejar o espaço da criança com suas diversas especificidades, como as cores do enxoval que para meninas tem que ser rosa e os meninos azul, e também os brinquedos que para elas devem ser bonecas e para eles carrinhos, por exemplo. As cores, brinquedos e diversas situações do cotidiano, nos mostram como a cultura vai separando desde cedo o que

é de menino e o que é de menina e reproduzindo discursos e práticas que caracterizam as desigualdades entre gênero.

Desde a tenra idade, os adultos vão inscrevendo nos corpos e comportamentos das crianças as diferenças de gênero, e nesse sentido Vianna e Finco (2009, p. 8) nos mostram como a família e a escola produzem essas distinções no cotidiano quando conversam com a:

[...] menina elogiando sua meiguice ou como justifica a atividade sem capricho do menino. O fato de pedir para uma menina a tarefa de ajudar na limpeza e ao menino para carregar algo já demonstra como as expectativas são diferenciadas. O que é valorizado para a menina não é, muitas vezes, apreciado para o menino, e vice-versa.

Em relação aos brinquedos e jogos podemos perceber que neles se fazem presentes distinções de gênero quando passam a ser construídos pela cultura aquilo que é de menina e o que é de menino. Elas vão se familiarizando com os brinquedos de cozinha, as panelas, o fogãozinho, que reforçam a ideia de que a mulher deve trabalhar com serviços domésticos, e para eles, o avião, o carrinho, a bola que contribui com a percepção de que homens estão voltados para as atividades de trabalho que exigem mais esforço e inteligência. Ainda que estes paradigmas não sejam perceptíveis pelas crianças, o que se revela então é a construção social desde cedo das desigualdades e distinções, bem como de identidades, que se reproduzem na vida das crianças, seja no ambiente familiar ou no ambiente escolar.

A família e, conseqüentemente, a escola, reforçam as desigualdades de gênero, pois elas quando não buscam problematizar e discutir essa questão, não educam as crianças para contribuir com a equidade de gênero nas relações sociais, pelo contrário, vem acentuando as diferenças e os papéis sociais entre homens e mulheres de forma distintas.

A escola não pode ser neutra diante dessa realidade. Educadores e educadoras devem identificar o currículo oculto na escola e começar a desconstruir os paradigmas de desigualdades impostos pela cultura e sociedade.

Outro elemento importante é que a escola, os pais e a sociedade em geral, ao vigiar a sexualidade das crianças terminam privando ou limitando as perguntas, as fantasias e as dúvidas que elas têm sobre a sexualidade e a sua identidade. Utilizando múltiplas estratégias de disciplinamento, onde se aprende a vergonha e a culpa logo cedo, experimentando a censura e o controle exercido sobre elas. Os adultos acreditam que falar de sexualidade é

apenas um assunto privado e que as crianças não podem saber de absolutamente nada; o que não se percebe é que a sexualidade tem a sua dimensão política e social que precisa ser abordada e problematizada fora e dentro da sala de aula (LOURO, 2000, p. 18). Nesse sentido, as questões que envolvem a sexualidade são consideradas de origem privada, assim vigia-se muito a sexualidade das crianças, mas a manifestação dessa sexualidade é social e cultural.

Atualmente a relação pública e familiar é complexa, deste modo as questões que antes deveriam ser tratadas em família (as questões morais, éticas, etc.) vão perdendo espaço (por variados fatores, seja pela dinâmica social, seja pela ignorância em relação aos temas, seja pelo paradigma de silenciamento, de não tratar dessas questões, como se os sujeitos aprendessem por si só tais assuntos); nesse sentido, os sujeitos, a partir das relações pessoais vão se constituindo como pessoas, com identidades, com valores, preconceitos, etc., desse modo, a escola não pode partir do pressuposto da neutralidade, mas sim de uma intencionalidade para com seus estudantes.

Nessa perspectiva, as questões de gênero, de orientação sexual e de identidades têm que ser abordadas num viés de riqueza e pluralidade, cuja finalidade é conscientizar os alunos, fazê-los entender que os seres humanos se constroem a partir das relações, e esse processo não é homogêneo. O ser humano é, portanto, heterogêneo e diversificado em seus comportamentos, identidades, dentre outros, assim a

[...] produção dos sujeitos é um processo plural e também permanente. Esse não é, no entanto, um processo do qual os sujeitos participem como meros receptores, atingidos por instâncias externas e manipulados por estratégias alheias. Ao invés disso, os sujeitos estão implicados, e são participantes ativos na construção de suas identidades (LOURO, 2000, p. 17).

ESCOLA, GÊNERO E DESAFIOS

Na modernidade, a instituição que tem como principal função a educação é a escola. E nesse contexto, a escolarização, por atingir um grande contingente de pessoas, nos últimos dois séculos e, no caso do Brasil, até o ensino médio, os indivíduos alcançam, dos quatro aos dezessete anos de idade, o período regular de escolarização, logo, é válido afirmar que a

escola tem significativa contribuição nas questões formativas da subjetivação (éticas, morais, comportamentais, dentre outras características).

Vale destacar que os

[...] adultos [homens e mulheres que passaram pela escola e forma forjados a partir de sua vivência em sociedade] contam *como determinados comportamentos ou modos de ser parecem ter sido "gravados" em suas histórias pessoais*. Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, **escola**, mídia, igreja, lei *participam dessa produção*. Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, freqüentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas; outras vezes, contudo, essas instâncias disponibilizam representações divergentes, alternativas, contraditórias. (...) Se múltiplas instâncias sociais, *entre elas a escola, exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero (...)*. *Na constituição de mulheres e homens, ainda que nem sempre de forma evidente e consciente, há um investimento continuado e produtivo dos próprios sujeitos na determinação de suas formas de ser ou "jeitos de viver" sua sexualidade e seu gênero* (Ibid., p. 16-17, grifo nosso).

A escola exerce pedagogias da sexualidade e de gênero. Corriqueiramente, pela criticidade, ou melhor, fragilidade da relação entre a família e a escola essas questões ficam defasadas e são vistas como tabus; nesse sentido a sexualidade dos alunos são instigadas, vigiadas, paradigmáticas, porém, contraditoriamente, as manifestações delas são privadas, proibidas, negadas.

Vemos a necessidade de uma educação que privilegie relações múltiplas, respeitadas entre as identidades de gênero, de sexualidade, dentre outras; não cabe a educação ensinar como se deve ser homem ou mulher, mas cabe a educação ensinar que não se devem ser legitimadas as desigualdades em relação a esses temas. Somos muitos em nós mesmos, temos variadas características, variadas formas de ser, de pensar, de agir, de lidar com a vida e nessa visão, os alunos devem estar cientes de que é importante a igualdade de direitos, pois partindo do pressuposto que somos diferentes, temos que ser tratados e viver de forma equivalente no âmbito da vida social.

É necessário problematizar a todos os que fazem parte do âmbito escolar (pais, alunos, professores, gestores, etc.) quais são as representações, quais são as concepções e quais finalidades eles têm em relação à temática? Faz-se necessário analisar o que está sendo

reproduzido a partir das práticas no ambiente escolar. Discussão de gênero e suas especificidades é uma discussão delicada, principalmente em relação às famílias, por questões morais, religiosas, dentre outras razões; o desafio dos educadores está principalmente relacionado a essas questões.

A escola tem que ser justa para com todos os componentes de suas relações, especificamente para com os alunos, pois eles estão em processo de formação, e para isto, a educação deve ser voltada para o respeito mútuo entre as diferentes manifestações de gênero e sexualidade, e os diferentes modos de viver.

É necessária uma educação pautada no tratamento equivalente de todos os sujeitos independente de suas identidades, de sua etnia, de suas orientações sexuais, de gêneros e daí por diante. Ou seja, a equivalência nesse sentido, está embasada no pressuposto de que há diversidade. Esta é a riqueza das relações interpessoais, principalmente na sala de aula, pois como já citado, passamos muito tempo na escola e esta se torna um ambiente privilegiado dessas singularidades. O importante então, é a possibilidade de uma educação que não legitime as desigualdades em seu cotidiano, transformando diferentes em desiguais, mas que valorize as diferenças com igualdade.

Este é um desafio amplo, complexo e que não é homogêneo; nós, educadores e educadoras, sejamos formados, sejamos em processo de formação, devemos estar atentos à essa realidade, contribuindo para uma educação que valorize a diversidade e respeite a singularidade de cada sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi mencionado, entendemos a importância da discussão sobre as questões de gênero na escola, uma vez que é na discussão, baseada em boa argumentação, no diálogo que o sujeito constrói e se constrói como um ser crítico, reflexivo e consciente que aprende a valorizar as diferenças e respeitar a singularidade do indivíduo. É necessária uma mudança de paradigmas da escola e da família, para não legitimar as desigualdades e a discriminação, para que a instituição escolar promova uma relação igualitária de gênero e livre das amarras do preconceito, discriminação e da segregação.

O silenciamento acerca das questões de gênero na escola permite que os indivíduos sejam subjugados e excluídos da sociedade e, por conseguinte, silenciados. A pior forma de

discriminação é a que se desenvolve de forma silenciosa, pois é mais difícil de ser combatida e superada. Lidar, debater e discutir as questões de gênero nas escolas, nas famílias, com e entre os alunos é imprescindível para a promoção de uma sociedade justa e igualitária, que valorize as diferenças existentes no meio dela.

Portanto, compreendemos que os desafios para a superação das desigualdades e discriminação das questões de gênero são diversos, porém, é por meio do diálogo e da discussão que podemos dar voz aos silenciados, criando as condições para que estes conquistem sua voz e, por conseguinte, desenvolver em nossa sociedade seres críticos e conscientes acerca da valorização e do respeito às diferenças. É no diálogo que os sujeitos se formam e se reformam, numa constante formação humana, política, social e cultural.

REFERÊNCIAS

BARRETO, A.; ARAÚJO, L.; PEREIRA, M. E. (Orgs.). **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Brasília: SPM, 2009.

BRASIL, Lei de diretrizes e bases da educação nacional: **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. 11. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.

FLORENCIO, A.M.G. et al. **Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas**. Maceió: Edufal, 2009.

FOUCAULT, M. **O governo de si e dos outros: curso no College de France (1982-1983)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

VIANNA, C.; FINCO, D. Meninas e meninos na educação infantil: uma questão de gênero e poder, **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 33, p. 265-293, jul., 2009.